

SER Social

CRISE AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 26, nº 52, janeiro a junho de 2023

Heat, greed and human need: climate change, capitalism and sustainable wellbeing

Jefferson Sampaio de Moura¹
<https://orcid.org/0000-0002-0439-9819>



As necessidades humanas carecem da importância de compor o cerne do debate relacionado à sustentabilidade e ao bem-estar sustentável. Partindo desse pressuposto, Ian Gough – economista e autor do livro “Calor, ganância e necessidade humana: mudança climática, capitalismo e bem-estar sustentável” [tradução nossa] – propõe a construção de uma nova rota para a problematização do aquecimento e das mudanças climáticas, dispondo da dimensão social para elaborar uma análise econômico-política que permita o delineamento de uma sociabilidade pautada em necessidades, suficiência e redistribuição.

¹ Graduação em Secretariado Executivo Bilíngue e Licenciado em Ciências Sociais Aplicadas. Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania. Doutorando em Política Social. Professor EBTT | Instituto Federal de Brasília (IFB). E-mail: <jefferson.moura@ifb.edu.br>.

O livro, originalmente publicado em inglês, pela editora Edward Elgar Publishing, sob o título: “*Heat, greed and human need: climate change, capitalism and sustainable wellbeing*”, é dividido em duas partes: na primeira, o autor problematiza conceitos e questões globais em relação às dimensões sociais da mudança climática, ao capitalismo climático, ao crescimento verde, ao bem-estar sustentável e às emissões de gás carbono. Já na segunda parte, ele propõe novos rumos para uma política ecossocial.

A questão das necessidades humanas permeia todo o debate proposto na obra, pois, segundo o autor, são elas que devem nortear a delimitação do mínimo necessário para uma condição de bem-estar social e do máximo permitido para garantir a manutenção dos bens necessários para as gerações futuras. O consumo desenfreado e o hiperconsumismo estão intimamente ligados à questão da sustentabilidade, conforme sinaliza Gough, já que as necessidades humanas podem ser delimitadas, enquanto os desejos de consumo são ilimitados e requerem, cada vez mais, insumos e recursos para a sua criação e manutenção.

O capitalismo está no cerne do debate e da análise econômica, social e política proposta, associado aos fatores que impulsionam as mudanças climáticas. Advém dessa noção o termo “ganância” no título da obra, que remete aos implacáveis processos de acumulação, crescimento, lucro e desigualdade que eles produzem e reproduzem.

De acordo com o autor, a superação da desigualdade necessita de ser problematizada e pensada na perspectiva das necessidades humanas, rompendo a lógica do consumo e caminhando para uma conscientização intergeracional.

Enquanto as necessidades humanas já compõem a pauta do estado de bem-estar social, Ian propõe a inclusão das necessidades intergeracionais ao debate, considerando que dificilmente elas se transformarão no decorrer dos anos e que permanecerão tendo precedência em relação às preferências dos consumidores. As necessidades intergeracionais justificam o debate da sustentabilidade para além do crescimento econômico, de maneira que devem ser abordados os recursos intergeracionais necessários para a construção e a manutenção de um sistema de bem-estar sustentável.

Numa abordagem “ecossocial da economia política” (ESPE) [tradução nossa], proposta pelo autor, a ressignificação da ideia de

“crescimento verde” é fundamental, pois – num modelo de sociabilidade humana ecologicamente sustentável pautado em necessidades, suficiência e redistribuição – não cabe um modelo econômico que caminha continuamente para o crescimento e a expansão do capital. Ao atingirem a equidade e a consciência das necessidades humanas, os Estados passam a definir suas práticas em prol da suficiência sustentável.

Para a transição, algumas estratégias são propostas pelo autor, como, por exemplo, a recomposição do consumo de luxo de alto carbono para necessidades de baixo carbono, descarbonizando as práticas de bem-estar.

Três fases de descarbonização são listadas na segunda parte da obra, que – juntas – defendem a redistribuição da renda, o consumo social equilibrado e a construção de novas políticas ecossociais. A primeira foca em **umentar a ecoeficiência**, mas, para isso, será necessário gerenciar a desigualdade para garantir a eficácia na precificação do carbono e desenvolver a capacidade humana com olhar sustentável para a construção de novos programas verdes com foco na diminuição do consumo de carbono. Na primeira fase, cria-se um acordo verde pautado na modernização de casas, além da implantação de tarifas sociais de energia e água, respeitando os limites básicos das necessidades humanas.

A segunda fase refere-se à **recomposição do consumo**. Nela, é primordial, conforme aponta o autor, reduzir a desigualdade social para evitar o consumo exacerbado e o hiperconsumismo. Para isso, é imprescindível incentivar e desenvolver a ideia de consumo social, além de descarbonizar o estado de bem-estar, delimitando as práticas e as necessidades de baixo consumo carbônico. A seguir, é essencial estender a participação cidadã e o controle sobre energias renováveis e úteis. Ainda na segunda fase, regulamenta-se a publicidade, especialmente a destinada às crianças, de modo a garantir a perpetuação dos preceitos sustentáveis. De igual modo, tributam-se os luxos com alto teor de carbono e testa-se o racionamento pessoal de carbono. Em seguida, desenvolve-se a prevenção do uso exacerbado de carbono em toda a política pública.

Por fim, a terceira fase é pautada no **pós-crescimento e na redução do consumo**. Nela, pressupõem-se os seguintes passos: a redistribuição como prática básica, o piso de renda mínima, o teto máximo de renda e a nova proeminência para bens coletivos e serviços, além

do desenvolvimento das capacidades centrais e da autonomia para o desenvolvimento e o fortalecimento de uma economia central. Para a sua efetivação, é preciso reduzir o tempo de trabalho, expandir a propriedade coletiva da riqueza e do capital (começando pelo fornecimento de energia), estimular a economia central e a coprodução, além de desenvolver políticas populacionais.

As três fases propostas pelo autor focam em atingir metas de bem-estar ideais: (1) garantir um piso mínimo de renda; (2) reduzir a desigualdade; (3) fornecer publicamente a satisfação das necessidades vitais humanas e desencorajar a satisfação das necessidades “más” (consumo exacerbado e hiperconsumismo); e (4) desenvolver as capacidades humanas e sociais em prol de uma sociabilidade sustentável. Parte-se de um estágio inicial pautado em um estado de bem-estar produtivo e caminha-se pelo estágio do bem-estar ecológico, até se chegar ao estágio do sistema de bem-estar sustentável.

Para cada fase de descarbonização, o autor propõe uma economia política. A fase 1 compreende o que ele chama de “capitalismo climático coordenado”, em que a criação e a gestão de um novo acordo verde, pautado nas necessidades humanas, fomentam a reestruturação social, econômica e política em prol de uma nova sociabilidade.

Na fase 2, em tom crítico reflexivo, o autor questiona: “capitalismo reflexivo?” [tradução nossa]. Nela, o foco é na redução do consumo desenfreado, de modo a propor a reflexão social coletiva para as reais necessidades humanas.

Finalizando, a fase 3 compreende o que o autor chama de “além do capitalismo: a busca por uma economia estacionária” [tradução nossa], que repousa em um modelo econômico sem aumentos nos índices de consumo e produção para além do necessário, para atender às necessidades humanas, o que ocasionaria a redução da exploração dos ecossistemas e dos recursos naturais, possibilitando que outros Estados consigam se desenvolver e atinjam o mesmo estado sustentável. O resultado seria o pleno emprego, a redução nas emissões de gás carbono, a redistribuição de renda e o fortalecimento de uma sociabilidade pautada nas necessidades, na suficiência e na redistribuição.

Ao defender o caráter multidisciplinar da obra, Ian Gough sinaliza a lacuna que ela preenche: a política social não tem reconhecido, em suas análises, o meio ambiente e os limites planetários como questões

basilares para se refletir sobre as necessidades e o bem-estar humano. Nesse sentido, a obra é um marco, ao analisar a questão da sustentabilidade na política social, articulando os debates sobre o bem-estar e as necessidades humanas para propor um novo modelo de sociabilidade que considere, para além dos desejos humanos, as necessidades intergeracionais como pontos de pauta da agenda política, econômica e social dos Estados.

Com seus nove capítulos, Ian Gough, brilhantemente, apresenta uma análise profunda, complexa e necessária para os nossos dias, rompendo os limites das normas, do lugar-comum e do “crescimento verde”, para refletir sobre as possibilidades de construção de um novo modelo de sociabilidade que seja realmente sustentável para além dos padrões capitalistas.

Em “Calor, ganância e necessidade humana: mudança climática, capitalismo e bem-estar sustentável” [tradução nossa], o autor centraliza o humano na delimitação político-econômica, centraliza a necessidade humana e, com isso, desloca o olhar do leitor para fora da ótica capitalista e o situa em um novo ponto de análise, frutífero, suficiente e redistributivo. Para além da crítica, fica o convite à mudança, à revolução e à reconstrução das práticas sociais em prol de novos rumos, novas ações e novas relações humanas, coletivas e sustentáveis.

REFERÊNCIA

GOUGH, Ian. **Heat, greed and human need**: Climate change, capitalism and sustainable wellbeing. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017.